

ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

PARECER

I – CONSULTA

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO – CBH, honrando-nos com solicitação de parecer jurídico, “em observância aos atos normativos norteadores da mesma e às leis desportivas vigentes, envia os seguintes documentos - (i) Carta Consulta; (ii) Estatuto da CBH; (iii) Ata da Última Eleição; (iv) Termo de posse na Eleição; e (v) Termo de posse do Vice-Presidente – formulando o seguinte quesito: :

Em caso de vacância por renúncia ao cargo da Presidência desta entidade, no curso do primeiro ano de vigência do mandato, quais os procedimentos a serem adotados pelo corpo diretivo remanescente?

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cabe salientar a relevância do princípio da legalidade, pressuposto de uma sociedade estável e politicamente organizada, inclusive em matéria de desporto.



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

O ordenamento jurídico pátrio, alicerçado na Constituição de 1988, garante a liberdade de associação, e com isso a liberdade de organização das associações, sem a interferência do Estado, conforme previsto no artigo 5º, incisos II, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – (...)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

(...)

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

Da mesma forma, a Carta Magna de 1988 buscou reforçar tais garantias para as entidades desportivas, prevendo na seção denominada Do Desporto, a autonomia de organização e funcionamento no inciso I do artigo 217:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

Vale ressaltar, ainda, que, além das garantias contidas na Constituição, o Código Civil trata das associações como pessoas jurídicas de direito privado conforme artigo 44, trazendo preceitos na matéria no 53 e seguintes.

Tendo em vista que a CBH se caracteriza como entidade de administração de desporto em âmbito nacional, a Lei 9615/98, denominada Lei Pelé, oferece os contornos normativos à organização e funcionamento das entidades desportivas, reforçando o caráter privado de tais entidades.

Sobre o tema, confira-se o *caput* do art. 16 da referida Lei:

Art. 16. As entidades de prática desportiva e as **entidades de administração do desporto**, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as **competências definidas em seus estatutos** ou contratos sociais.

Nas pertinentes considerações de Paulo Schmitt, notório especialista em Direito Desportivo:



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

O estatuto é o "Ato constitutivo das entidades de administração (Confederações e Federações) ou de prática desportiva (Clubes e Associações), elaborados de conformidade a Lei 9615/98, e que deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo: I – instituição do tribunal desportivo que funcione junto a si; II - inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de: a) condenados por crime doloso em sentença definitiva; b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva; c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade; d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade; e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas; f) falidos; III - a garantia de representação, com direito a voto, da categoria de atletas e entidades de prática esportiva das respectivas modalidades, no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições. DICIONÁRIO DE DIREITO DESPORTIVO: Legislação Desportiva. Justiça Desportiva. Justiça Desportiva Antidopagem - JAD. Direito Desportivo em Verbetes. Portuguese Edition. Amazon, Janeiro / 2019.

O Estatuto da Entidade, uma vez regularmente aprovado, e que atenda a todas as obrigações constantes na lei civil e na legislação desportiva, é considerado, para todos os efeitos "lei entre as partes", sobretudo em relação às questões envolvendo a administração do dia a dia e às regras de vacância dos cargos de direção.

O Estatuto da CBH, como entidade nacional de administração do hipismo, foi regularmente aprovado, e traz luz ao problema suscitado em caso de vacância por renúncia de seu presidente ainda no primeiro ano de vigência do mandato, regulando a sucessão do dirigente e procedimentos.

Depreende-se da análise dos documentos anexados (termos de posse e ata eletiva), que a CBH se submeteu a regular processo eleitoral em 29/01/2021. Porém, seu presidente, eleito na conformidade estatutária, renunciou no início do mandato.



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

Assim, o cargo de Presidente da CBH ficou vago e o Vice-presidente, também regularmente eleito no mesmo pleito, assumiu a função de Presidente em 11/08/2021.

Questiona-se, então, se a vacância exclusiva do cargo de Presidente acarretaria ou não a necessidade de convocação de novas eleições. A resposta há de ser buscada nos preceitos do Estatuto da CBH, relativos à matéria, ou seja, nos respectivos arts. 48 e 49, as seguir transcritos:

Art. 48º - Em caso de impedimento ou vaga do Presidente assumirá o Vice- Presidente da CBH.

§1º - No caso de vacância também da Vice-Presidência, será chamado ao exercício da Presidência o Secretário Geral.

§2º - Caso ocorrer na vigência do último ano do mandato eletivo, o Presidente em exercício completará o mandato até a passagem oficial do cargo do seu substituto que vier a ser eleito na forma deste Estatuto.

§3º - Se ocorrer antes do último ano do mandato eletivo, serão convocadas novas eleições para completar o período daquele mandato.

Art. 49º - Ao Vice-presidente compete:

I - substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos temporários;

II - no caso de vaga no exercício da Presidência, ocupar o cargo até o final do mandato e a posse do novo Presidente.

III - auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, exercendo as atribuições que lhe forem por aquele designadas.



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

Em primeiro lugar, merece lembrar que os arts 48 e 49 do Estatuto da CBH revelam certo paralelismo aos dispositivos da Constituição Federal no tocante às funções do Vice-Presidente da República e à situação de vacância do cargo de Presidente da República no início do mandato (arts. 79 a 81); aí, ocorrendo vacância do cargo de Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato, assume o cargo o Vice-Presidente; dois casos podem ser exemplificados: o do falecimento de Tancredo Neves, tendo assumido o cargo o Vice-Presidente Sarney, e o da perda do mandato de Dilma Rousseff, no ano e meio do segundo mandato, tendo assumido o Vice-Presidente Temer.

Em segundo lugar, quanto à CBH, mostra-se de gritante clareza o dispositivo determinando que, em caso de impedimento ou vaga da Presidência, assumirá o Vice-Presidente (art. 48, caput) até o final. Reitera a norma o inciso II do art. 49.

Desse modo, tem-se que apenas na vacância de ambos os cargos - Presidente e Vice-Presidente – assumirá o Secretário Geral. E se tal vacância ocorrer antes do último ano de mandato, este deve convocar novo pleito eleitoral.

A leitura afoita e isolada do §3º do art. 48 do Estatuto pode conduzir o intérprete ao açodado entendimento de necessidade de novas eleições para a entidade em qualquer hipótese de vacância do Presidente antes do último ano de mandato. Por outro lado, não há como desprezar o inciso II do art. 49 do mesmo diploma estatutário, que é taxativo ao prever que o Vice-Presidente, na hipótese de vaga no cargo mais elevado da instituição, deve assumir a condição de Presidente até o final do mandato.

Com efeito, é cristalino que as regras dos parágrafos do art. 48 do Estatuto da CBH são progressivas e referentes à hipótese excepcional de vacância de Presidente e Vice-presidente, disciplinando dois casos: vacância no decorrer do último ano do mandato e vacância antes deste último ano. Repita-se: as duas situações de tempo dizem respeito à vacância da Presidência e Vice-Presidência, não se tratando



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

da vacância somente da Presidência, já disciplinada no caput do art.48 e no inciso II do art.49.

Na hipótese de vacância tão-somente do cargo de Presidente assume o Vice-presidente até o final do mandato, conforme previsão expressa do art. 49, II do Estatuto, tomando-se Presidente de forma definitiva para todos os efeitos.

Em outras palavras, apenas se ocorrer A VACÂNCIA DOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE antes do último ano do mandato eletivo, é que devem ser convocadas novas eleições pelo Secretário Geral, para completar o período daquele mandato.

Relembre-se que o Vice-Presidente é eleito para um mandato de 4 anos, conforme artigo 45 do Estatuto, e tem como função estatutária específica a substituição do Presidente, como ocorre em praticamente todas as associações ou entidades com regimes dotados de representantes eleitos.

E a regra tem lógica e finalidade à medida que o Secretário Geral não integra a chapa eleita, não devendo permanecer em substituição aos eleitos na maior parte do mandato. Neste cenário, o Secretário-Geral é nomeado pelo Presidente, conforme previsto no inciso IX do artigo 46 do Estatuto, ou seja, não exerce cargo eletivo, tampouco tem mandato, sendo que a condição de substituto do Presidente e do Vice-Presidente será sempre provisória, razão pela qual se exige a eleição somente quando há vacâncias de ambos os cargos eletivos, quais sejam, Presidente e Vice-Presidente.

Portanto é da essência do cargo de Vice-Presidente de entidades diretivas do desporto, assumir a condição de Presidente em definitivo, até o final do mandato, salvo disposição diversa encartada nos respectivos estatutos, o que não é a hipótese da situação concreta.



ODETE MEDAUAR
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
(aposentada)

III – RESPOSTA AO QUESITO

Assim examinada a questão, com respaldo em fundamentos doutrinário e legais, passamos a responder sinteticamente ao quesito formulado.

Em caso de vacância por renúncia ao cargo da Presidência desta entidade, no curso do primeiro ano de vigência do mandato, quais os procedimentos a serem adotados pelo corpo diretivo remanescente?

Na hipótese de renúncia do Presidente da CBH ou vacância no cargo por qualquer outro motivo, compete ao Vice-Presidente substituí-lo em definitivo até o final, independentemente do prazo transcorrido desde o início do respectivo mandato, como determinam com meridiana clareza os preceitos do Estatuto da entidade.

É o parecer, elaborado conforme os elementos fornecidos pela Consulente.

São Paulo, 13 de agosto de 2021


ODETE MEDAUAR

Professora Titular da Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo
(aposentada)
Mestre, doutora e livre-docente pela mesma Faculdade